



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE.

Às 15 horas do dia 10/6/19, no Plenário Amyntas de Barros, sob a presidência da vereadora Nely Aquino, sendo secretário o vereador Carlos Henrique, reuniu-se a Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, a presidente abriu a reunião e, após a leitura, pelo vereador Elvis Côrtes, de um versículo das escrituras sagradas, pronunciou as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Belo Horizonte, iniciamos nossos trabalhos”. O vereador Arnaldo Godoy solicitou que fosse dispensada a leitura da Ata da 44ª Reunião Ordinária, realizada em 6/6/19. Colocado em votação, o pedido de dispensa foi aprovado, e a presidente declarou a ata aprovada. Na parte destinada a pronunciamentos sobre assuntos relevantes, usaram a palavra as vereadoras e os vereadores: 1) ARNALDO GODOY: cumprimentou a presidente pela condução das reuniões de votação do Plano Diretor. Referiu-se a reportagem de jornal na qual foi dito que o Projeto de Lei nº 1.749/15, que trata sobre o Plano Diretor, é vinculado ao Partido dos Trabalhadores - PT. Afirmou que o Plano Diretor atuará em questões relacionadas ao meio ambiente, ao transporte público e à mobilidade urbana, conferindo sustentabilidade à cidade. Disse orgulhar-se de que ele seja associado ao PT, apesar de saber que isso não corresponde à realidade. Registre-se que o vereador fez uso do tempo destinado à liderança de partido, nos termos do art. 34 do Regimento Interno - RI. O vereador Arnaldo Godoy observou que o Plano Diretor tem caráter evidentemente social, por não priorizar a lucratividade de empresários. Em relação ao vazamento de conversas do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Moro, afirmou que as pessoas que compactuam com os posicionamentos ideológicos da esquerda já tinham conhecimento do verdadeiro funcionamento da Operação Lava Jato, que avaliou ter impedido a candidatura do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e desejar destruir as conquistas sociais dos governos do PT e partidos aliados nos últimos anos. 2) FLÁVIO DOS SANTOS: externou sua alegria por ter sido relator do Plano Diretor e participado da construção desse avanço para Belo Horizonte. Disse que o novo plano trará mudanças benéficas aos belo-horizontinos. 3) CIDA FALABELLA: parabenizou a presidente pela condução da votação do Plano Diretor. Convidou os vereadores da Casa a acompanhar a Comissão de Mulheres. Disse que a reunião da comissão desta semana contou com a presença de representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - Smasac, para uma conversa sobre o trabalho desenvolvido nessa área. Discorreu sobre o papel das políticas públicas para o alcance da igualdade. 4) GILSON REIS: destacou a importância do debate público sobre o que a sociedade espera da CMBH em relação ao Plano Diretor. Disse ter tido um retorno positivo de eleitoras e eleitores que se inteiraram sobre esse assunto por meio de vídeos postados por parlamentares. Informou que o Estatuto da Cidade e do Desenvolvimento Urbano, Lei Federal nº 10.257/01, de autoria do ex-senador Inácio Arruda, tornou obrigatório o debate e a aprovação de planos diretores em Municípios com mais de 20 mil habitantes. Apontou que o mercado financeiro não é favorável à outorga onerosa. Registre-se que o vereador fez uso do tempo destinado à liderança de partido. O vereador Gilson Reis afirmou que os recursos arrecadados pela outorga onerosa serão usados para construção de moradias populares para pessoas em situação precária em diversas áreas com potencial construtivo na cidade. Opinou que a aprovação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

do Plano Diretor representa alguns retrocessos, mas avança em questões ambientais e de mobilidade urbana. 5) BELLA GONÇALVES: disse que o Plano Diretor representa uma grande conquista por considerar Áreas de Diretrizes Especiais - ADEs, tornando a cidade mais aberta à diversidade. Disse ser importante falar sobre as conquistas do plano, para que a sociedade possa cobrá-las. Registrou a inauguração de casa coletiva, um espaço de trabalho integrado e diálogo das vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, da deputada estadual Andréia de Jesus e da deputada federal Áurea Carolina. 6) FERNANDO BORJA: afirmou que Belo Horizonte terá que sobreviver ao novo Plano Diretor. Questionou os parlamentares da bancada cristã desta Casa por, em sua concepção, terem ido de encontro aos valores liberais da bancada e aprovado um Plano Diretor socialista. Disse acreditar que esses vereadores não perceberam o viés ideológico do projeto de lei ao não respeitar a propriedade privada e o potencial construtivo de terrenos. 7) PEDRO PATRUS: disse estar sem palavras para responder acusações de que o Plano Diretor é socialista. Declarou-se abismado com a percepção de que o plano terá interferência em propriedades privadas. Convidou as vereadoras e os vereadores que compartilham dessa opinião a ler o disposto na Constituição Federal sobre a função social da propriedade. 8) JAIR DI GREGÓRIO: afirmou que a aprovação do Plano Diretor não é uma questão de esquerda ou de direita, mas do que é melhor para Belo Horizonte. Disse que a isenção de outorga onerosa para templos religiosos é uma vitória da frente cristã da Casa. Considerou que a posição do vereador Fernando Borja é motivada pela inveja, por entender que esse vereador gostaria de fazer parte da base do governo e ter acesso irrestrito à Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - para reivindicar as demandas de suas eleitoras e eleitores. O vereador Catatau do Povo assumiu a secretaria.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador CARLOS HENRIQUE, primeiro orador inscrito, foi aparteado pelo vereador Fernando Borja, pela vereadora Bella Gonçalves e pelos vereadores Álvaro Damião e Elvis Côrtes. O vereador Jair Di Gregório assumiu a presidência. O vereador GILSON REIS, segundo orador inscrito, reportou-se às conversas do então juiz Sérgio Moro, divulgadas pelo site *The Intercept Brasil*, que disse terem trazido ao conhecimento do povo brasileiro uma situação que fere o Estado Democrático de Direito. Opinou que a articulação de diversos atores na Operação Lava Jato tiveram como consequência a instalação de uma crise política que, por sua vez, levou o País a uma crise socioeconômica. Disse considerar que o *impeachment* de Dilma Rousseff e a prisão de Luís Inácio Lula da Silva ocorreram pela articulação de Sérgio Moro, alguns procuradores do Ministério Público do Paraná - MPPR, de emissoras de televisão, como a Rede Globo, e outras estruturas de Estado. Opinou que a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil só foi possível em vista do cenário de descrédito na política que foi criado. Disse ser risível o trabalho do governo federal diante dos problemas enfrentados pelo País após seis meses no poder. Avaliou que esse governo objetiva destruir os direitos sociais e trabalhistas do povo brasileiro. Apresentou dados sobre os cortes nos recursos destinados à Educação. Afirmou que o ministro Sérgio Moro é vinculado à estrutura do Partido da Social Democracia do Brasil - PSDB, ao deputado estadual Aécio Neves, à Rede Globo, ao presidente da Câmara dos Deputados e a um conjunto de atores do Judiciário, do Ministério Público - MP - e do Supremo Tribunal Federal - STF. Disse lembrar que o ex-deputado federal Protógenes Queiroz, responsável pela Polícia Federal - PF - na Operação Satiagraha, foi condenado à prisão e perdeu seu mandato por ter denunciado esquema do PSDB. Leu trecho do art. 254 do Código de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Processo, que trata sobre a atuação do juiz. Discorreu sobre a forma como Luís Inácio Lula da Silva foi condenado. Convocou os parlamentares desta Casa a se manifestar na defesa do Estado Democrático de Direito. Disse ser necessário exigir a soltura de Luís Inácio Lula da Silva, instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - para apurar o funcionamento da Lava Jato e convocar o povo brasileiro para a greve geral marcada para o dia 14/6. Às 15h58min, passou-se à apreciação da PRIMEIRA PARTE da ORDEM DO DIA. EM SEGUNDO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 601/18 - “Estabelece medidas e procedimentos a serem adotados em caso de violência contra profissionais da Educação da Rede Municipal de Educação”. Autoria: vereador Pedrão do Depósito. Foi interrompida a discussão, nos termos do art. 142 do RI, a pedido do vereador Pedrão do Depósito. EM PRIMEIRO TURNO: 2) Projeto de Lei nº 637/18 - “Institui a Semana Municipal de Prevenção, Conscientização e Combate à Automutilação”. Autoria: vereador Fernando Luiz. Aprovado. O presidente informou que houve 5 votos contrários. EM TURNO ÚNICO: 3) Projeto de Lei nº 712/19 - “Dá o nome de Maria Ferreira da Silva à Rua São Benedito, em Venda Nova”. Autoria: vereador Bim da Ambulância. O vereador Mateus Simões usou a palavra para encaminhar a votação. Aprovado. O presidente informou que houve 3 abstenções e 2 votos contrários. 4) Projeto de Lei nº 734/19 - “Dá o nome de Milton Hilbert à Rua Quatrocentos e Dez, no bairro Miramar, região do Barreiro”. Autoria: vereador Pedrão do Depósito. Aprovado. O presidente informou que houve 2 votos contrários. Registre-se que o Projeto de Lei nº 601/18 foi retirado de pauta. Estiveram presentes, ao longo da reunião, 4 vereadoras e 35 vereadores, a saber: Álvaro Damião, Arnaldo Godoy, Autair Gomes, Bella Gonçalves, Bim da Ambulância, Carlos Henrique, Catatau do Povo, Cida



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Falabella, Cláudio Duarte, Coronel Piccinini, Dimas da Ambulância, Dr. Nilton, Eduardo da Ambulância, Elvis Côrtes, Fernando Borja, Fernando Luiz, Flávio dos Santos, Gabriel, Gilson Reis, Hélio da Farmácia, Henrique Braga, Irlan Melo, Jair Di Gregório, Jorge Santos, Juninho Los Hermanos, Léo Burguês de Castro, Maninho Félix, Marilda Portela, Mateus Simões, Nely Aquino, Orlei, Pedrão do Depósito, Pedro Bueno, Pedro Patrus, Preto, Professor Juliano Lopes, Ramon Bibiano da Casa de Apoio, Reinaldo Gomes e Wesley Autoescola. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 16h4min. Para constar, lavrou-se esta ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela presidenta ou pelo presidente e pela secretária ou pelo secretário da reunião em que for comunicada a sua aprovação.

Presidenta/presidente:

Secretária/secretário: